

## EDITORIAL

É com sentimento de esperança e compromisso com as Ciências Humanas e Sociais que o corpo editorial da Revista Raízes disponibiliza para leitura e reflexão mais um número. O número 2, do volume 39, consolida as publicações da Raízes no ano de 2019, apresenta um conjunto de 08 artigos, cujo conteúdo temático expressa o dinamismo social e econômico dos espaços rurais e urbanos, bem como das relações sociais que os conectam. As categorias Transformações Sociais e Agricultura Familiar ganham centralidade neste número. Elas estão presente nos títulos dos artigos, traduzindo diretamente o refinamento das lentes dos autores, que, mesmo em uma conjuntura adversa para a pesquisa empírica, revelam a resiliência e a coragem dos autores ao apresentarem cenários de resistência e de empoderamento das populações do campo.

Depois de quase duas décadas, a Professora Marilda Meneses volta a prestigiar os leitores da Revista Raízes com outro artigo que remete aos estudos de James Scott, “Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos”. Neste, a autora prioriza a análise da perspectiva teórica da Economia Moral, utilizada pelo próprio James Scott, e ainda a problematização desta por Samuel Popkin.

O artigo de autoria de Camila Lago e Marcelo Sampaio, “Transformações na agricultura periurbana da MRH da aglomeração urbana de São Luis”, utilizando os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017, analisa as modificações ocorridas no perfil da agricultura periurbana na região em estudo, articulando-a com o debate sobre as possibilidades de reprodução da agricultura familiar em situações de proximidade com grandes centros urbanos. Na mesma direção das pesquisas que perseguiram as Transformações Sociais, e que também tomaram como referência dados secundários, temos o artigo escrito por Dalva Maria da Mota, Otávio Valentim Balsadi e Moisés Mourão Junior, que analisou as transformações que têm ocorrido na estrutura ocupacional rural do Norte, na produção de dendê, no Pará.

Três trabalhos deste número articulam em suas análises aspectos ambientais e ecológicos distintos, mas conectados a tensões que envolvem o empoderamento de grupos sociais diversos e concorrentes, são eles: Os artigos de Eve Anne e Valter Lúcio, os quais apresentam uma análise da relação entre os dispositivos públicos de regulação fundiária e ambiental e os processos de apropriação e mercantilização da natureza pelo setor agropecuário na fronteira agrícola do Cerrado nordestino. Já o artigo escrito por Julio Carlos Bittencourt, Alfio Brandenburg e Claire Lamine, tem como objetivo analisar métodos de construção do conhecimento de agricultores familiares, a partir de processos de ecoformação, associado a processos mais tradicionais de heteroformação. Sobre o mesmo tema destaca-se o artigo “A agricultura familiar de base ecológica em Remigio, PB, Brasil: um estudo sobre saberes, produção de conhecimento e inovação”, de Alexandra Leite de Farias e

Janice Placeres Borges, que buscou refletir sobre a produção de conhecimento e inovação entre os agricultores familiares sindicalizados do município de Remígio, PB, pertencentes ao chamado Polo da Borborema – uma rede de sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais.

As reflexões presentes no artigo de Jennifer Tanaka e Fátima Portilho têm como objetivo analisar a incorporação da estratégia de politização do consumo pelo MPA, mapeando seus discursos e as ações desenvolvidas no “Raízes do Brasil”, um espaço que comercializa alimentos da agricultura camponesa, inaugurado pelo MPA, no Rio de Janeiro, em 2017. O último artigo, intitulado “Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil”, de Marc Piraux e Márcio Caniello, orienta-se para a política pública de desenvolvimento territorial, com intuito de avaliar os avanços e entraves da governança territorial do PRONAT, por meio da análise do “ciclo de gestão social”, e apresentar propostas para um ajuste de rumos da governança territorial no país.

Boa leitura.

Os editores.